

**LICENÇA DE OPERAÇÃO****LO Nº IN040348****Condições de Validade Específicas**

- 4- Atender à NT-202. R-10 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA n.º 1007, de 04.12.86, publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;
- 5- Atender à DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA n.º 4.886 de 25.09.07 e republicada no D.O.R.J. em 08.11.07;
- 6- Atender à DZ-942.R-7 - Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON-ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA n.º 1.995 de 10.10.90 e publicada no D.O.R.J. de 14.01.91;
- 7- Atender à DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA n.º 4.497, de 03.09.04, publicada no D.O.R.J. de 21.09.04;
- 8- Atender à Resolução CONAMA Nº 001, de 08.03.90, publicada no D.O.U. em 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
- 9- Realizar a manutenção do sistema de tratamento de esgoto de acordo com o manual de operações, mantendo os equipamentos em condições adequadas de operação e de manutenção, obedecendo aos parâmetros preconizados no projeto;
- 10- Promover a retirada dos resíduos oriundos do tratamento preliminar (gradeamento e caixa de areia), acondicionar em sacos plásticos e conservá-los em recipiente com tampa e em local coberto até o seu recolhimento pelo serviço de coleta municipal;
- 11- Realizar a retirada periódica do lodo sedimentado nos reatores aeróbios e decantadores secundários por empresas devidamente licenciadas, mantendo os comprovantes a disposição da fiscalização;
- 12- Informar ao INEA a ocorrência de paralisações da ETE, especificando o motivo e anexando relatório dos serviços realizados;
- 13- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 14- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possa propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;
- 15- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios a proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 16- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais da empresa;
- 17- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração nas instalações ou na atividade;
- 18- O INEA exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.